

As naus da Lusofonia

Francisco Maciel Silveira

Resumo:

A genealogia nobiliárquica da Lusofonia entronca em D. Henrique, o Navegador, e seu sobrinho-neto, D. João II. Esse texto, intitulado “As naus da Lusofonia”, divulgará o sonho de expansão ultramarina que, iniciada na Escola de Sagres, será expandida e concretizada por D. João II. Ambos, ao cabo de tormentosa história, fincarão, na África, Ásia e América, os padrões da Lusofonia. Os mais de 225 milhões de lusófonos são a história oral e ainda viva memória do passado império português sonhado pelo Infante Navegador e pelo Príncipe Perfeito.

1. Árvore genealógica

Se buscássemos a nobiliarquia genealógica da Lusofonia, haveríamos de encontrar suas raízes na *Ínclita Geração*, aquela gerada por D. João I, de Boa Memória (Lisboa, 11/4/1358 - Lisboa, 14/8/1433), e D. Filipa de Lencastre, no século XIV.

A importância dessa *ínclita geração* fica patente no destaque que Fernando Pessoa a ela concede em seu *Mensagem* (dezembro, 1934).

Aos genitores (João I e Filipa de Lencastre) caberão, na Parte II de *O Brasão*, os Castelos sétimo e oitavo. A quatro dos filhos do casal corresponderão, na Parte III de *O Brasão*, as Quinas (Primeira) D. Duarte, (Segunda) D. Fernando, Infante de Portugal, (Terceira) D. Pedro, Regente de Portugal, (Quarta) D. João, Infante de Portugal. A homenagem não para aí. Em *O Timbre*, Parte V de *O Brasão*, simbolizado por um Grifo alado, a Cabeça do Grifo será o Infante D. Henrique e uma das asas será D. João II. Aliás, a importância de ambos, D. Henrique e João II, fica patente com o reaparecimento deles, em *O Mar Português*, no poema I, dedicado ao Infante de Sagres, e no poema IV, intitulado “O Mostrengo”.

2. Prosopopeia

Fernando Pessoa percebeu claramente que o Infante D. Henrique e D. João II são a prosopopeia de um Mar Oceano cuja fala seria portuguesa. Afinal, o Infante D. Henrique e seu sobrinho-neto D. João II foram os responsáveis pela expansão do idioma português na África, Ásia e América. Os mais de 225 milhões de habitantes espalhados no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste,

graças a ambos formam hoje, ao lado de Portugal, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Ao Infante D. Henrique (*Porto, 4/3/1394 – Sagres, 13/11/1460) deve-se ter sido o idioma Português fixado na África como padrão. Os marcos principais foram:

em 1419, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira desembarcam na ilha de Porto Santo (Madeira);

em 1425, presume-se que terá começado o povoamento e o aproveitamento agrícola da ilha da Madeira;

em 1427, é descoberto o arquipélago dos Açores, por Diogo de Silves;

em 1434, Gil Eanes transpõe o Cabo do Bojador, iniciando o reconhecimento da costa africana;

em 1439, o infante D. Henrique é autorizado pelo regente D. Pedro a povoar as «sete ilhas» dos Açores, onde anteriormente se tinham lançado ovelhas;

em 1441, a expedição de Antão Gonçalves atinge a região do rio do Ouro e chega até ao cabo Branco.

em 1444, Dinis Dias chega ao promontório de Cabo Verde;

1455 e 1456, Cadamosto, veneziano ao serviço de D. Henrique, descobre algumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde;

1456 - viagem de Diogo Gomes, que explora o estuário do rio Geba, na Guiné, e acha algumas ilhas Bijagós;

1460, António de Noli descobre algumas ilhas de Cabo Verde;

1471-72: João de Santarém e Pêro Escobar, descobrem as ilhas de São Tomé e Príncipe;

1472: Fernando Pó descobre a ilha Formosa (que toma hoje o seu nome);

1474: Lopo Gonçalves e Rui de Sequeira atingem o cabo de Santa Catarina.

Apesar de ter sido muitas vezes dito que a tentativa de achamento de um caminho marítimo para a Índia fez parte dos projetos do infante D. Henrique, tudo parece indicar que o «plano da Índia» é concebido por D. João II quando, ainda príncipe, passou a ter a responsabilidade pela orientação prática das navegações.

3. O Príncipe Quase Perfeito

Quem foi esse Príncipe dito Perfeito apesar dos crimes que lhe pesam nas costas?

D. João II nasceu em Lisboa (4 de maio de 1455), filho de Afonso V e Isabel de Coimbra. Subiu ao trono 31 de agosto de 1481, sucedendo ao pai. Ele, que sonhava um Império onde o Sol nunca se poria, morreu, em Alvor (Algarve) ao pôr do sol, em 25 de outubro de 1495.

Assim Miguel Torga, em *Poemas Ibéricos*, o pintou:

“Um Príncipe Perfeito em Portugal,
terra da imperfeição!
Que excessivo perdão
pode ter quem é rei!
Na bainha do tempo, até o punhal
é uma arma leal!
Assim nela coubesse a alma que sujei...
(...)
Pensei, lutei, matei --- fiz quanto pude,
mas em vão.
A quem Deus não ajude,
tudo são Índias da desilusão.”

Ao destacá-lo em seu *Mensagem*, Fernando Pessoa, como vimos, exaltou a figura do que desbravou o Mar Oceano, expandindo as fronteiras do mundo. Já Miguel Torga chama a atenção para o Estadista que, em nome da Lei e da Grei (sua divisa), não recuou nem mesmo ante o crime para garantir a soberania de um reinado que desejava absoluto. Aí as duas faces da mesma moeda: o Navegador e o Rei Absoluto.

Senhor dos senhores e não servo dos servidores, a centralização monárquica almejada por D. João II haveria de levá-lo a cortar privilégios e cabeças de uma Nobreza que, afagada, enriquecida e tornada poderosa pelo pai, Afonso V, ameaçava, em conspirações lideradas pela Casa de Bragança, sua soberania. A primeira cabeça a rolar foi a de D. Fernando, terceiro Duque de Bragança: executado em 20 de junho de 1483 por crime de lesa-majestade. Também por crime de traição, o segundo a morrer apunhalado pelo próprio rei, foi D. Diogo, Duque de Viseu, nada mais que irmão de sua mulher, Leonor.

Cortada pela raiz a ambição da Nobreza, D. João II podia levar avante seu sonho Imperial: conquistar o Mundo, dando-lhe as cores e o idioma português, e, casando em 1490 seu filho Afonso com a primogênita dos reis Católicos Fernando e Isabel, unificar os reinos ibéricos sob a coroa portuguesa.

Assim, D. João II pôs no mar a proa e quilha de seu sonho ultramarino.

Encarregou a Duarte Pacheco Pereira o reconhecimento das condições físicas do Atlântico Sul, decidido que estava a estender cada vez mais para sul as viagens ao longo da costa africana.

Serão também decisões suas:

as duas viagens de Diogo Cão, que, na segunda, atinge como ponto mais meridional a serra da Parda;

a viagem de Bartolomeu Dias, que leva, em 1488, navios portugueses pela primeira vez ao Índico, dobrando o Cabo das Tormentas;

e, também, a missão desempenhada por Pêro da Covilhã que, no Indostão, no Golfo Pérsico e na costa oriental de África, permite recolher preciosas informações de caráter econômico.

Sempre bem assessorado, D. João II deveria saber, já no início de 1489, da intercomunicabilidade entre os oceanos Atlântico e Índico, por informações colhidas em geógrafos árabes. Por que ele não teria decidido mandar, ao longo dos seis anos que, sem o saber, ainda viveria, uma armada para o comprovar?

Nada estranho para quem conhecesse o planejamento metódico e frio da mente enxadrística de D. João II. É plausível a crença de que tenha havido, entre a viagem de Bartolomeu Dias (1488) e a de Vasco da Gama (1497), armadas «secretas». À falta de prova histórica, é mais aceitável supor que, para concretização do seu plano da Índia, faltava uma peça essencial: a garantia de que o Oceano Atlântico abaixo da linha do Equador era “Mar Português».

E só o Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494, o garantiu ¹.

Posterior à viagem de Colombo (1492-93), o Tratado de Tordesilhas, em 1494 consagrado, assegurava uma imensa parcela do Atlântico como zona exclusiva da Coroa portuguesa, confirmando a posição de Portugal tanto na sua rota para a Índia como no possível achamento do Brasil.

Estabelecida a figura jurídica que se conhece por *mare clausum*, ficava consagrado o direito de as duas grandes potências da época (Portugal e Espanha) restringirem o direito

¹ Assinado na povoação castelhana de Tordesilhas, traçando um meridiano a 370 léguas a oeste da Ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde. Os territórios a leste do meridiano pertenceriam a Portugal.

à navegação por parte de terceiros, notadamente os corsários ingleses e franceses. O Tratado de Tordesilhas atribuía a Portugal um poder que nunca fora atingido antes por qualquer potência. Tordesilhas é, ao cabo de tergiversações diplomáticas, a prova da astúcia, inteligência e visão de futuro de um estadista que, exímio enxadrista, movia, no tabuleiro do mundo, reis, rainhas, bispos, tornando-os peões a serviço de seus desígnios.

4. Ocaso

E o caso do Brasil, esse continente com (arredondemos) 188 milhões de lusófonos? Foi acaso? Mero golpe de sorte em seu descobrimento? Ou, graças a informes e cálculos, D. João II teria conhecimento secreto do Brasil?

Sua política de sigilo, responsável por tantos triunfos diplomáticos, não haveria de responder-nos.

O certo, porém, é que D. João II, para assinar o Tratado de Tordesilhas, impõe um alargamento da área exclusiva do Atlântico: em vez das 100 léguas a oeste de Cabo Verde, que tinham sido propostas como fronteira marítima entre Portugal e Castela, ele exige 370 léguas, abrangendo assim parte da América do Sul.

Duarte Pacheco Pereira e Garcia de Resende aludem a esta tática de proteção aos avanços náuticos e aos planos de expansão. Por outro lado, o fato de D. João II se ter recusado a apoiar a empresa de Colombo, destinada a descobrir terras que iriam cair na posse da Coroa de Castela, parece também corroborar a tese do conhecimento sigiloso da existência do Brasil. Na realidade, os resultados obtidos demonstram a inequívoca existência de um plano que privilegia o domínio das navegações na costa de África, o descobrimento de uma rota para o Oriente e a invenção do Brasil.

Ironia do Destino: foi em Alvor (Algarve), mas ao pôr do sol de 25 de outubro de 1495, que encontrou seu ocaso D. João II, o *Príncipe (Quase) Perfeito*.

E, auto de exame cadavérico, morre em consequência do lento e longo envenenamento por arsênico de que foi vítima.

(Aventa a História que os sintomas datam de 1484, logo após ter apunhalado D. Diogo, que ostentava os títulos de Duque de Viseu e de cunhado.)

D. João II morreu sem ter visto realizar-se a consagração de seu sonho imperial – sonho, aliás, que, em 1491, literalmente caiu do cavalo, quando o filho Afonso, recém-

casado (1490) com a herdeira de Castela, veio a falecer ao cair do ginete que disparara, assustado.²

Começou aí, com a morte do filho legítimo, o ocaso de um Rei-Sol. *Avant la lettre*.

D. Manuel, também irmão de D. Leonor, acabou escolhido, a contragosto, pelo próprio D. João II, para sucedê-lo.

O Venturoso³ cunhado virá a colher os frutos do que *O Príncipe (Quase) Perfeito* laboriosa e inteligentemente semeou. Herdeiro do testamento e legado de D. João II, o reinado de D. Manuel há de coroar-se com a glória de ter desbravado o caminho marítimo para as Índias (1498) e de ter descoberto o Brasil (1500).

5. Moral da história

Moral dessa história que acabei de lhes contar?

Um amigo presenteou-me com um exemplar de *Clepsydra*, do Camilo Pessanha, adquirido num sebo em Macau. O ex-dono do livro, desconfio pelos caracteres (Mandarim?), talvez tenha sido chinês.

Múrmuro arroio a escorrer dentro desse relógio d'água dito *clepsidra*, encontrei nele (rascunho de segura amarelada e anônima) um texto intitulado “Epitáfio de D. João II”.

(Texto talvez salvo a nado por Camões, --- que, diz-que-diz a História, esteve em Macau, a metrificar, escandir e rimar, em *Os Lusíadas*, os gloriosos feitos da expansão da Fé, do Império e... da Lusofonia.)

Assim rezava a inscrição desse “Epitáfio de D. João II” --- longínquo testemunho macauense da Lusofonia:

Ironia da vida:
em sete palmos de terra
jaz enterrado meu corpo
--- incorrupto padrão de Ser⁴
cujá grandeza,
por não caber em si,
transbordou pelo Mar-Oceano.

² Por quê? Por quem?

³ O epíteto foi carapuça que serviu bem para esse homem de sorte. Afinal, quem diria que o oitavo nome na linha de sucessão do trono haveria de herdá-lo, coroando-se com a glória do legado de D. João II.

⁴ Diz o conto da História que o cadáver de D. João II resistiu galhardamente à putrefação. Graças à ação miraculosa do arsênico com que por quatro anos, pacientemente, o envenenaram. Ver CASTELO BRANCO, Camilo – *Narcóticos*, in *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, Porto, Lello & Irmãos, 1993, vol. XV, pp. 548-618.

Bibliografia:

CASTELO BRANCO, Camilo. *Narcóticos, in Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, Porto, Lello & Irmãos, 1993, vol. XV.

CIDADE, Hernani e SELVAGEM, Carlos. *Cultura Portuguesa*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s/d

FERREIRA, Seomara da Veiga. *Crônica esquecida d'El Rei d. João II*. 4ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2002.

FONSECA, Luís Adão. *D. João II*. Lisboa, Círculo de leitores e centro de estudos dos povos e culturas de expressão Portuguesa, 2005.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa, Guimarães Editores, 1987.

MENDONÇA, Manuela. *D. João II : um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, 1991.

PINA, Rui de. *Crônica de D. João II*. Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

RESENDE, Garcia de. *Crônica de D. João II e Miscelânia*. Lisboa, Casa da Moeda, 1973.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa, editorial verbo, 1978. vol. II.

SILVA, Manuel Telles da (Marquês de Alegrete). *Vida e feitos de D. João II*. Lisboa/Imprensa nacional/Casa da Moeda, 1998.